

Linguagem, reconhecimento social e inovação rural no contexto da agricultura familiar na Zona da Mata mineira

Lucas Lenin Resende de Assis

Lucas Lenin Resende de Assis

Universidade Federal de Viçosa – Viçosa, MG, Brasil

E-mail: lucas.r.assis@ufv.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8767-2189>

Resumo: A partir de uma pesquisa aplicada de natureza qualitativa, ancorada na metodologia da pesquisa-ação, analisam-se as condições gerenciais, produtivas e tecnológicas da agricultura familiar na Zona da Mata mineira. Os resultados indicam baixa maturidade gerencial, forte dependência de políticas públicas de compra institucional e acesso incipiente à modernização produtiva e à inclusão digital. Esses elementos são interpretados como manifestações de um hiato linguístico entre os saberes camponeses e as linguagens técnico-burocráticas exigidas por políticas públicas e mercados, configurando formas de exclusão simbólica e violência estrutural. Argumenta-se que a agricultura familiar, embora central para a segurança alimentar, permanece marginalizada como sujeito epistêmico e social. Conclui-se que a superação dessas desigualdades requer abordagens interdisciplinares e extensionistas que integrem inclusão produtiva, gerencial e digital como dimensões constitutivas dos direitos humanos e do desenvolvimento rural.

Palavras-chave: Linguagem e poder; minorias sociais; exclusão digital rural; desenvolvimento rural.

Artigo recebido em 02 de janeiro de 2026 e aprovado para publicação em 03 de junho de 2026

DOI: <https://doi.org/10.33871/nupem.2026.18.44.11483>

Language, social recognition, and rural innovation in the context of family farming in the Zona da Mata region of Minas Gerais

Abstract: Based on applied qualitative research grounded in action research methodology, this study analyzes the managerial, productive, and technological conditions of family farming in the Zona da Mata region of Minas Gerais, Brazil. The results indicate low managerial maturity, strong dependence on public institutional purchasing policies, and incipient access to productive modernization and digital inclusion. These elements are interpreted as manifestations of a linguistic gap between peasant knowledge and the technical-bureaucratic languages required by public policies and markets, constituting forms of symbolic exclusion and structural violence. It is argued that family farming, although central to food security, remains marginalized as an epistemic and social subject. It is concluded that overcoming these inequalities requires interdisciplinary and rural extension approaches that integrate productive, managerial, and digital inclusion as constitutive dimensions of human rights and rural development.

Keywords: Language and power; social minorities; rural digital exclusion; rural development.

Lenguaje, reconocimiento social e innovación rural en el contexto de la agricultura familiar en la Zona da Mata de Minas Gerais

Resumen: Este estudio, basado en una investigación cualitativa aplicada fundamentada en la metodología de investigación-acción, analiza las condiciones gerenciales, productivas y tecnológicas de la agricultura familiar en la Zona da Mata de Minas Gerais. Los resultados indican una baja madurez gerencial, una fuerte dependencia de las políticas públicas de compra institucional y un acceso incipiente a la modernización productiva y la inclusión digital. Estos elementos se interpretan como manifestaciones de una brecha lingüística entre los conocimientos campesinos y los lenguajes técnico-burocráticos exigidos por las políticas públicas y los mercados, lo que configura formas de exclusión simbólica y violencia estructural. Se argumenta que la agricultura familiar, aunque fundamental para la seguridad alimentaria, sigue marginada como sujeto epistémico y social. Se concluye que la superación de estas desigualdades requiere enfoques interdisciplinarios y extensionistas que integren la inclusión productiva, gerencial y digital como dimensiones constitutivas de los derechos humanos y el desarrollo rural.

Palabras clave: Lenguaje y poder; minorías sociales; exclusión digital rural; desarrollo rural.

Introdução

As desigualdades sociais no Brasil não se expressam apenas pela privação material ou pela negação de direitos formais, mas também por meio de processos simbólicos que regulam quem pode falar, ser ouvido e reconhecido como sujeito legítimo na esfera pública (Boff; Cabral, 2023; Chaves; Arcoverde, 2021; Sensato, 2022). Nesse contexto, a linguagem assume papel central na reprodução das assimetrias sociais, operando como instrumento de poder capaz de incluir ou excluir grupos sociais do acesso a políticas, bens culturais e espaços de decisão. Embora amplamente debatida nos estudos sobre raça, gênero, sexualidade e sistema penal, essa dimensão simbólica da desigualdade permanece menos explorada quando se trata da classe trabalhadora rural, em especial dos agricultores familiares (Forney; Sutherland, 2021).

Os agricultores familiares da Zona da Mata mineira, especificamente no município de Viçosa, constituem um segmento social historicamente marcado por processos de subalternização econômica, política e simbólica (Sensato, 2022; Vittoretto; Cavalcanti, 2025). Inseridos em territórios marcados por heranças históricas, concentração fundiária e dinâmicas de desenvolvimento desiguais, esses produtores desempenham papel fundamental na manutenção da produção agropecuária, da segurança alimentar e da conservação de conhecimentos construídos ao longo de gerações. Entretanto, seus saberes, práticas e modos de vida nem sempre recebem o devido reconhecimento nos discursos técnicos, científicos e institucionais, o que pode limitar a valorização de suas contribuições e reduzir a integração entre o conhecimento local e o conhecimento científico na formulação de políticas e estratégias de desenvolvimento rural. Assim, ainda que reconhecidos formalmente como público prioritário de políticas públicas e programas de desenvolvimento rural, os agricultores familiares frequentemente permanecem afastados dos processos efetivos de formulação, compreensão e apropriação dessas iniciativas.

No campo das políticas de inovação e desenvolvimento rural, essa exclusão simbólica se materializa, em grande medida, por meio da linguagem utilizada. Discursos técnicos, gerenciais e burocráticos, ancorados em racionalidades urbanas e empresariais, tendem a produzir uma distância comunicacional entre agentes institucionais e agricultores, dificultando a participação ativa destes últimos e reforçando a assimetria de poder nas relações estabelecidas. A linguagem, nesse sentido, deixa de ser mero veículo neutro de informação e passa a atuar como mecanismo de hierarquização social, definindo quais conhecimentos são considerados válidos e quais sujeitos são autorizados a falar.

A Zona da Mata mineira, enquanto território rural historicamente subordinado a ciclos econômicos exógenos e a modelos produtivos impostos de cima para baixo, constitui um espaço privilegiado para analisar essas dinâmicas. Nessa região, a agricultura familiar resiste e se reinventa a partir de estratégias locais, saberes tradicionais e redes de sociabilidade próprias, muitas vezes em tensão com as lógicas institucionais que orientam programas de assistência técnica, inovação e gestão. Essa tensão evidencia que o conflito não se limita ao acesso a recursos, mas envolve também disputas em torno da linguagem, do significado de inovação e do próprio sentido de desenvolvimento (Boff; Cabral, 2023; Sensato, 2022; Vittoretto; Cavalcanti, 2025).

Os agricultores familiares são aqui compreendidos como integrantes da classe trabalhadora rural historicamente marginalizada, cuja inserção no acesso pleno a serviços socioassistenciais, bens culturais e dispositivos institucionais de cidadania ocorre de forma desigual e limitada (Ronsini; Rebellato, 2021). Parte-se do entendimento de que a condição de minorização social não se restringe a critérios quantitativos ou identitários estritos, mas se configura, sobretudo, a partir da posição ocupada por esses sujeitos nas estruturas de poder material, simbólico e discursivo. Nessa perspectiva, o agricultor familiar constitui-se como um sujeito subalternizado, cuja produção de sentido e expressão política é frequentemente mediada, reinterpretada ou silenciada por linguagens e racionalidades externas, dissociadas de sua experiência histórica, territorial e cotidiana.

Diante desse cenário, o presente artigo tem como objetivo analisar de que modo a linguagem institucional e técnica mobilizada em ações de inovação rural influencia os processos de participação, compreensão e apropriação dessas iniciativas por agricultores familiares da zona da mata mineira. Busca-se compreender como esses sujeitos interpretam, ressignificam ou resistem aos discursos que lhes são dirigidos, bem como os efeitos dessas mediações linguísticas sobre sua autonomia, engajamento e reconhecimento social.

Ao articular linguagem, classe social e território, o estudo pretende contribuir para a ampliação do debate sobre minorias sociais no contexto brasileiro, incorporando a agricultura familiar como campo legítimo de reflexão crítica. Além disso, propõe tensionar o próprio conceito de inovação rural, problematizando-o a partir das práticas discursivas que o sustentam e das relações de poder que o atravessam. Ao fazê-lo, o artigo busca não apenas descrever uma realidade empírica, mas também oferecer subsídios para a construção de abordagens mais dialógicas, inclusivas e socialmente comprometidas no campo do desenvolvimento rural.

Metodologia

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa aplicada, de abordagem quali-quantitativa, com delineamento descritivo, desenvolvida a partir dos pressupostos da pesquisa-ação (Creswell; Clark, 2013; Gil, 2022; Sampieri; Collado; Lúcio, 2013). Essa abordagem metodológica permitiu a articulação entre diagnóstico da realidade produtiva, planejamento participativo, implementação de intervenções, acompanhamento sistemático e avaliação de resultados junto a 15 empreendimentos da agricultura familiar, possibilitando a análise integrada das dimensões produtiva, gerencial e socioeconômica dos participantes.

A pesquisa foi conduzida com uma amostra de 15 agricultores familiares do município de Viçosa, Minas Gerais, selecionados a partir de duas estratégias complementares: (I) abordagem direta em feiras livres locais, realizadas aos sábados (período da manhã) e quartas-feiras (período da tarde), e (II) indicações da Secretaria Municipal de Agricultura, o que permitiu incluir produtores não inseridos nesses circuitos de comercialização. Do total de participantes, nove (60%) foram identificados nas feiras e seis (40%) por mediação institucional, contribuindo para maior heterogeneidade dos perfis produtivos e organizacionais.

O delineamento metodológico adotado foi a pesquisa-ação, estruturada em cinco encontros presenciais (quatro individuais e um coletivo), correspondentes às etapas de diagnóstico (T1), análise e priorização (T2), planejamento (T3), acompanhamento (T4) e avaliação final (T5). Cada etapa foi conduzida com objetivos específicos, orientados à construção progressiva de soluções contextualizadas.

No plano qualitativo, o corpus analítico foi composto por: (I) transcrições de diálogos realizados durante os encontros (com registros em caderno de campo), (II) respostas abertas do questionário diagnóstico, (III) anotações provenientes de observação direta nas propriedades e (IV) registros das atividades coletivas (mapas mentais, listas de problemas e planos de ação). A análise da linguagem foi realizada a partir de uma abordagem de análise de conteúdo temática, com codificação em três categorias analíticas previamente definidas: (a) linguagem gerencial (uso ou ausência de termos técnicos e administrativos), (b) linguagem institucional (compreensão e apropriação de termos burocráticos e normativos) e (c) linguagem do cotidiano produtivo (formas de expressão vinculadas à prática agrícola). Essas categorias permitiram identificar padrões de distanciamento linguístico e suas implicações na relação dos produtores com políticas públicas e instrumentos de gestão.

As etapas T2 e T3 envolveram a sistematização dos problemas identificados no diagnóstico em perguntas-desafio, seguidas da construção participativa de soluções, utilizando ferramentas como mapas mentais e matrizes de priorização. As iniciativas selecionadas foram organizadas em Planos de Ação de Melhoria, contendo definição de responsáveis, prazos e indicadores de acompanhamento. No momento T4, foram registrados dados sobre a implementação dessas ações, incluindo ajustes nos processos produtivos e, quando possível, informações econômicas básicas. Por fim, o encontro coletivo (T5) permitiu a avaliação dos resultados e a validação das interpretações junto aos participantes, reforçando a consistência analítica dos achados.

Os dados quantitativos foram tratados por meio de estatística descritiva (Frohlich; Tucato; Tiezzi, 2023), enquanto os dados qualitativos foram analisados a partir da sistematização dos registros de campo e dos relatos dos produtores, utilizando procedimentos de análise de conteúdo. A triangulação entre diferentes fontes de dados contribuiu para aumentar a confiabilidade e a consistência dos resultados apresentados.

A participação foi voluntária, formalizada mediante assinatura de termo de consentimento. No âmbito ético, foram assegurados anonimato, confidencialidade e uso exclusivo dos dados para fins acadêmicos, em conformidade com as diretrizes aplicáveis às Ciências Humanas e Sociais. Por não envolver dados sensíveis ou intervenções clínicas, o estudo enquadra-se nas normativas que dispensam submissão obrigatória a comitê de ética, mantendo, ainda assim, procedimentos de proteção aos participantes.

Resultados e discussão

A análise dos dados empíricos coletados junto aos produtores rurais evidencia uma realidade estruturalmente marcada por estratégias de subsistência e elevada fragilidade organizacional, aspectos

que se articulam diretamente à condição da classe trabalhadora rural historicamente excluída dos fluxos regulares de acesso a serviços socioassistenciais, bens culturais e instrumentos de gestão (Maher et al., 2007). Do ponto de vista analítico, observa-se que a maioria dos produtores investigados (80%) se encontram no denominado Nível 1 de maturidade gerencial, caracterizado pela ausência ou extrema precariedade de controles financeiros, produtivos e de estoque, bem como pela inexistência de registros sistemáticos capazes de subsidiar processos mínimos de planejamento e tomada de decisão.

Essa condição não pode ser interpretada como mera limitação individual ou deficiência técnica isolada, mas deve ser compreendida como expressão concreta de um processo mais amplo de subalternização social e econômica (Imagem 1). A escassez de tempo frequentemente alegada pelos produtores, assim como o caráter incipiente ou experimental dos empreendimentos, revela um cotidiano marcado pela sobrecarga de trabalho e pela centralidade da sobrevivência imediata, em detrimento de práticas gerenciais estruturadas. Nesse sentido, a ausência de registros não constitui apenas uma lacuna administrativa (Feitosa et al., 2024; Ferreira et al., 2025), mas um indicador das desigualdades estruturais que limitam o acesso desses sujeitos a formas socialmente reconhecidas de organização produtiva e acumulação de capital. Observa-se ainda que 13 produtores (86,7%) nunca tiveram acesso a capacitações formais em gestão, o que reforça a condição historicamente limitada de inserção dessa população em serviços socioassistenciais, bens culturais e instrumentos técnicos de gestão.

Imagem 1: Fragilidades e impactos da maturidade gerencial dos empreendimentos rurais



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Em dez casos (66,7%), não há qualquer tipo de anotação sobre receitas e despesas, e 12 produtores (80%) afirmaram não possuir registros de produção ou controle de estoque. Esses dados evidenciam a inexistência de bases mínimas para processos estruturados de planejamento e tomada de decisão.

A inexistência de controles sistemáticos de entradas e saídas financeiras compromete diretamente a capacidade dos produtores de mensurar custos, margens de lucro e eficiência produtiva, tornando-os progressivamente dependentes de demandas externas relativamente estáveis, como

programas institucionais de compra pública – a exemplo do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – e de circuitos curtos de comercialização, como feiras locais (Feitosa et al., 2024; Ferreira et al., 2025).

Embora esses canais desempenhem papel relevante na garantia de escoamento da produção, sua centralidade evidencia uma condição de vulnerabilidade: alguns produtores (30%) afirmaram possuir somente duas ou três alternativas de comercialização em caso de interrupção desses programas. Assim, os dados quantitativos reforçam que a baixa maturidade gerencial está diretamente associada à limitação da autonomia econômica e à restrição das possibilidades de inserção em mercados mais amplos e diversificados.

Tal dependência reforça a inserção desses trabalhadores em uma lógica de reprodução social orientada pela urgência do presente, na qual o planejamento estratégico, a inovação e a ampliação da capacidade produtiva tornam-se elementos secundários ou inviáveis. Esse cenário evidencia como a classe trabalhadora rural, ainda que desempenhe papel fundamental na segurança alimentar e na economia local, permanece afastada do pleno exercício do direito ao desenvolvimento, operando sob condições que dificultam a construção de trajetórias produtivas sustentáveis e socialmente reconhecidas.

A articulação entre esses achados empíricos e o debate proposto neste estudo torna-se particularmente relevante ao se considerar a dimensão linguística que permeia os processos de gestão, mercado e inovação. A linguagem técnica associada à administração rural, frequentemente formulada a partir de referenciais urbanos e empresariais, mostra-se distante das experiências concretas desses produtores, reforçando barreiras simbólicas que dificultam a apropriação de ferramentas gerenciais e tecnológicas (Schneider et al., 2025). A informalidade e a ausência de padronização dos processos produtivos, muitas vezes justificadas pela “pequena escala” ou pela “ciclicidade” da produção, acabam por legitimar, ainda que de forma não intencional, a marginalização desses sujeitos frente a sistemas formais de apoio, crédito, assistência técnica e inovação (Coelho et al., 2022).

Nesse contexto, a invisibilização das práticas produtivas da agricultura familiar não decorre apenas da escala econômica, mas da inadequação entre os códigos linguísticos e institucionais dominantes e as formas de organização social e produtiva do campo (Chico; Vieira, 2026). As inovações tecnológicas e gerenciais, quando apresentadas como inexistentes ou inacessíveis aos modelos de negócio desses produtores, reforçam a percepção de que o desenvolvimento é um privilégio restrito a determinados perfis produtivos, contribuindo para a naturalização das desigualdades históricas que atravessam o meio rural brasileiro (Moraes, 2024).

Entre os participantes, 11 (73,3%) relataram dificuldades em compreender ou utilizar terminologias técnicas associadas à gestão e à inovação, enquanto 9 (60%) afirmaram não se reconhecer nos modelos de negócio frequentemente apresentados por instituições de apoio ou capacitação. Além disso, 10 produtores (66,7%) consideram que as tecnologias disponíveis não são compatíveis com sua realidade produtiva, o que contribui para a percepção de distanciamento em relação às dinâmicas formais de desenvolvimento.

Dessa forma, os resultados da pesquisa apontam para a necessidade urgente de abordagens interdisciplinares capazes de reconhecer a complexidade dos contextos rurais e das experiências da classe trabalhadora do campo. Tais abordagens devem articular linguagem, gestão, direitos humanos e políticas públicas, compreendendo o acesso a instrumentos gerenciais não como um favor ou concessão, mas como um direito social fundamental. Somente a partir do reconhecimento dos agricultores familiares como sujeitos plenos; dotados de saberes, experiências e capacidade de decisão; será possível enfrentar as estruturas de exclusão simbólica e material que historicamente os mantêm em posições de subalternidade no interior da sociedade brasileira.

A gestão como espaço de expropriação e invisibilidade

A análise do perfil gerencial dos produtores investigados indica que a maioria (80%) se encontra no denominado Nível 1 de maturidade gerencial, caracterizado pela inexistência de controles financeiros sistemáticos e pela ausência de registros formais de produção. Sob uma perspectiva acadêmica crítica, essa condição pode ser compreendida como expressão concreta da exclusão desses sujeitos dos fluxos regulares de bens culturais e serviços socioassistenciais, particularmente daqueles associados à gestão, ao crédito e às políticas de fomento produtivo. Trata-se, portanto, de uma limitação que extrapola o campo técnico-administrativo, inscrevendo-se em um contexto mais amplo de desigualdade estrutural e subalternização social.

A ausência de registros não deve ser interpretada como negligência ou resistência individual às práticas gerenciais, mas como resultado de um cotidiano marcado pela centralidade da sobrevivência imediata. Foi observado que o tempo do trabalhador rural é consumido quase integralmente pelas atividades produtivas, pela manutenção da unidade familiar e pela gestão informal do empreendimento, o que inviabiliza a incorporação de rotinas administrativas sistematizadas. Essa condição evidencia a sobreposição entre trabalho produtivo e reprodutivo no meio rural, fenômeno recorrente na agricultura familiar, no qual o planejamento de médio e longo prazo é constantemente deslocado pela urgência do presente.

Nesse cenário, observa-se a constituição de um hiato linguístico que aprofunda a exclusão social desses produtores. Embora dominem plenamente a linguagem da terra; expressa nos saberes práticos sobre cultivo, manejo, sazonalidade e relações ecológicas; esses sujeitos encontram-se afastados da linguagem formal do mercado, da gestão e das políticas públicas. Tal fenômeno também é apontado por Chico e Vieira (2026), bem como por Moreira (2021). A incapacidade de traduzir o trabalho concreto em registros numéricos e indicadores econômicos não representa apenas uma dificuldade operacional, mas uma forma de silenciamento simbólico que compromete o reconhecimento institucional do agricultor enquanto sujeito produtivo legítimo.

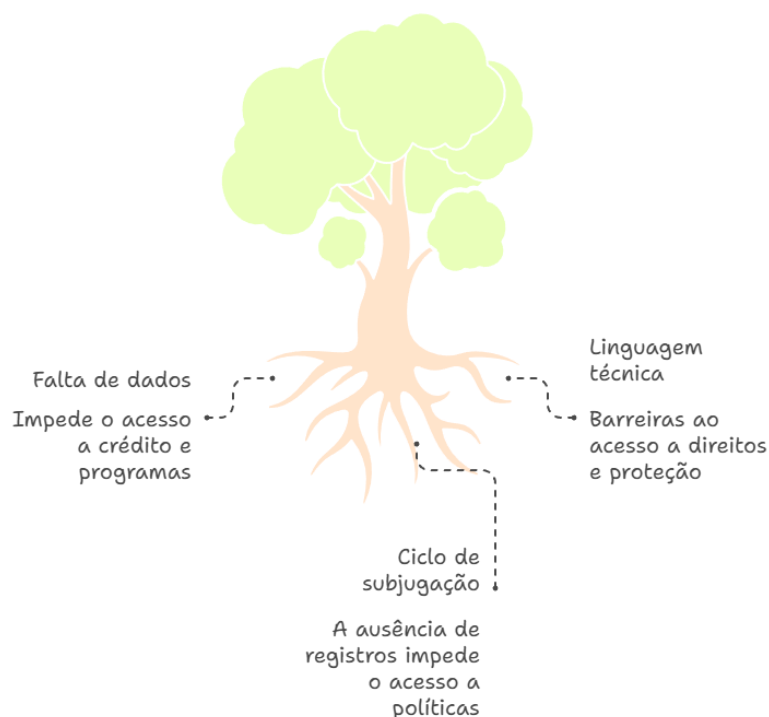
A inexistência de dados sistematizados sobre custos, rendimentos e fluxos financeiros torna o trabalhador rural progressivamente invisível aos mecanismos formais de acesso ao crédito, ao seguro agrícola e a programas de incentivo governamental (Feitosa et al., 2024, Ferreira et al., 2025). Nesse sentido, a linguagem técnica, materializada em planilhas, relatórios e indicadores, opera como um

dispositivo de poder que define quem pode acessar direitos sociais e quem permanece à margem dos circuitos de proteção e desenvolvimento.

Fazendo uma analogia, a imagem 2 nos traz uma árvore frondosa representando, de forma simbólica, a permanência visível da vida social e da resistência das populações afetadas, mesmo quando suas bases estruturais estão fragilizadas. As raízes correspondem aos elementos essenciais para o exercício da cidadania: acesso a direitos, políticas públicas, crédito e proteção social. Embora a copa aparente vitalidade, os problemas localizados na raiz indicam que a exclusão documental e burocrática corrói silenciosamente essas bases, podendo comprometer, a médio e longo prazo, todo o desenvolvimento da árvore. Assim, a figura procura evidenciar o contraste entre uma aparência de normalidade e a vulnerabilidade estrutural que sustenta essa realidade.

A relação entre linguagem e sociedade manifesta-se, assim, na conversão do esforço físico e do saber empírico em uma força de trabalho socialmente desvalorizada, por não se expressar nos códigos reconhecidos pelo Estado e pelo mercado.

Imagem 2: Exclusão de agricultores rurais devido à falta de dados



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Esse processo contribui para a reprodução de um ciclo de subjugação estrutural, no qual a ausência de registros impede o acesso a políticas públicas, e a falta de acesso a essas políticas, por sua vez, reforça a impossibilidade de estruturação gerencial (Coelho et al., 2022). O agricultor familiar permanece, portanto, preso a uma condição paradoxal: essencial para a produção de alimentos e para a segurança alimentar, mas excluído dos instrumentos simbólicos e materiais que garantiriam estabilidade econômica e reconhecimento social. Tal constatação reforça a necessidade de repensar as políticas de desenvolvimento rural a partir de uma abordagem que reconheça a linguagem como

dimensão central da inclusão social, compreendendo a gestão não apenas como técnica, mas como direito social fundamental.

Dependência institucional e a vulnerabilidade do trabalho

A análise de perfis produtivos, como de um dos produtores, evidencia um aspecto crítico da inserção socioeconômica de agricultores familiares: a dependência quase exclusiva de canais institucionais de comercialização, com destaque para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Embora tais programas desempenhem papel fundamental na garantia de escoamento da produção e na promoção da segurança alimentar, a centralidade absoluta desses mecanismos revela limites estruturais à autonomia econômica da classe trabalhadora rural. A afirmação de que “a única forma de comercializar é o PNAE” não expressa apenas uma preferência estratégica, mas denuncia um contexto de restrição de alternativas e de fragilidade na capacidade de inserção em outros circuitos de mercado (Moreira et al., 2021; Simonino; Santos; Freitas, 2025).

A ausência de diversificação dos canais de comercialização e de inovações nos modelos de negócio expõe esses produtores a uma condição de vulnerabilidade social diretamente associada às oscilações das políticas públicas e às mudanças nas diretrizes do Estado. Nessa configuração, a renda e a continuidade da atividade produtiva tornam-se dependentes de decisões institucionais externas, sobre as quais os agricultores possuem escasso poder de influência. Tal dependência compromete a estabilidade econômica dos empreendimentos familiares e limita a construção de estratégias de longo prazo, reforçando uma lógica de reprodução social pautada pela incerteza e pela adaptação constante a contextos instáveis.

Essa condição aproxima a experiência da agricultura familiar daquela vivenciada por outros grupos sociais historicamente subalternizados, como comunidades quilombolas e populações tradicionais, cuja sobrevivência econômica e cultural frequentemente se dá em permanente tensão com as dinâmicas do mercado e com a instabilidade das políticas estatais (Chico; Vieira, 2026; Oliveira; Strelow; Theis, 2025; Souza; Brauner, 2024). Assim como esses grupos, os agricultores familiares dependentes de canais institucionais enfrentam o desafio de preservar seus modos de vida e sua autonomia produtiva em um cenário no qual o reconhecimento institucional não se traduz, necessariamente, em segurança estrutural ou emancipação econômica.

Sob a perspectiva da relação entre linguagem, sociedade e poder, essa dependência revela ainda uma assimetria discursiva significativa. Os programas institucionais, ao operarem por meio de normativas, editais e procedimentos técnicos específicos, exigem dos produtores a incorporação de uma linguagem burocrática e administrativa que nem sempre dialoga com suas práticas cotidianas. A dificuldade de transitar entre a linguagem do trabalho agrícola e a linguagem institucional reforça a posição subalterna desses sujeitos, limitando sua capacidade de negociação e de reivindicação de direitos. Dessa forma, a política pública, embora essencial, pode também atuar como espaço de mediação desigual, no qual o acesso é condicionado à adaptação a códigos linguísticos e organizacionais exógenos.

Essa dificuldade de transitar entre a linguagem do trabalho agrícola e a linguagem institucional se expressa de forma concreta: 11 participantes (73,3%) consideram a linguagem administrativa “complexa” ou “distante” de sua realidade cotidiana, e 9 (60%) relataram já ter deixado de acessar alguma política ou oportunidade por não compreender plenamente os requisitos formais. Como consequência, 8 produtores (53,3%) afirmaram sentir-se inseguros em processos de negociação ou reivindicação de direitos junto a instituições públicas ou intermediários, o que reforça sua posição subalterna nesses espaços.

Os achados da pesquisa indicam, portanto, que a centralidade do PNAE, quando não acompanhada por estratégias de diversificação produtiva, fortalecimento gerencial e ampliação dos repertórios linguísticos e mercadológicos dos produtores, tende a perpetuar relações de dependência. Tal constatação reforça a necessidade de políticas de desenvolvimento rural que transcendam a lógica da inclusão compensatória, promovendo efetivamente a autonomia econômica, o reconhecimento social e o fortalecimento da capacidade decisória da classe trabalhadora rural, em consonância com os princípios de justiça social e de valorização das minorias sociais.

O abismo tecnológico e o anticapacitismo gerencial

A análise do eixo da modernização produtiva evidencia que o acesso a tecnologias de monitoramento, gestão e comercialização, como aplicativos digitais, sistemas automatizados de controle e plataformas de venda, é praticamente inexistente entre os produtores investigados. As justificativas apresentadas para essa ausência de inovação, entre os sujeitos da pesquisa, variam desde o caráter incipiente dos empreendimentos, frequentemente associados à instabilidade econômica inicial, até a presença de uma cultura produtiva percebida como conservadora ou resistente à adoção de novas tecnologias. Contudo, uma leitura estritamente comportamental ou cultural desse fenômeno revela-se insuficiente e analiticamente limitada.

Sob uma perspectiva científica crítica, as desigualdades no acesso às inovações tecnológicas podem ser compreendidas como resultado de processos históricos e estruturais que condicionam a capacidade de determinados segmentos de produtores em incorporar ferramentas essenciais à competitividade econômica. Aspectos como infraestrutura de acesso às propriedades, disponibilidade de tecnologias de baixo custo; incluindo compostagem, cobertura do solo e estufas simples; e suporte técnico e institucional influenciam diretamente esse processo. Nesse contexto, a modernização tecnológica tende a beneficiar de forma desigual os produtores quando não é acompanhada de políticas e condições que promovam sua adoção de maneira equitativa. Assim, mais do que refletir a capacidade individual de incorporação de tecnologias, as diferenças observadas evidenciam a necessidade de ampliar as condições materiais, institucionais e de assistência técnica, valorizando o potencial produtivo, a capacidade adaptativa e os conhecimentos já existentes entre os agricultores.

Do total, 12 produtores (80%) relataram não utilizar qualquer ferramenta digital de controle produtivo ou financeiro, enquanto 11 (73,3%) afirmaram não possuir acesso regular a capacitações em

tecnologias aplicadas à produção rural. Adicionalmente, nove participantes (60%) indicaram limitações relacionadas à infraestrutura, como acesso instável à internet ou ausência de equipamentos adequados.

No que se refere à capacidade de atendimento às exigências de mercado, dez produtores (66,7%) declararam dificuldades em cumprir critérios relacionados à rastreabilidade, padronização e registro de informações produtivas. Esses dados indicam que a incorporação de tecnologias e práticas modernas de gestão não ocorre de forma homogênea, estando diretamente condicionada a fatores estruturais. Nesse sentido, 11 produtores (73,3%) relataram não ter acesso a linhas de crédito específicas para investimento em tecnologia, e 12 (80%) nunca participaram de programas formais de formação continuada.

Esse processo configura uma forma de violência estrutural, na medida em que o sistema econômico e mercadológico impõe padrões de eficiência, rastreabilidade e inovação que penalizam os produtores pela sua “incapacidade” de atender a tais exigências, ao mesmo tempo em que lhes nega o acesso histórico a serviços socioassistenciais básicos, formação continuada, crédito adequado e infraestrutura tecnológica (Maher et al., 2007). A exigência de modernização, desvinculada de políticas de inclusão efetiva, produz um cenário paradoxal: cobra-se desempenho de sujeitos estruturalmente impedidos de competir em condições minimamente equitativas.

A reflexão proposta em torno do anticapacitismo e das situações de vulnerabilidade social encontra, nesse contexto, um campo fértil de análise. A narrativa da “incapacidade gerencial” ou da “resistência à inovação” desloca para o indivíduo a responsabilidade por uma exclusão que é, em essência, socialmente produzida. Tal deslocamento opera de forma semelhante aos discursos capacitistas, nos quais a ausência de desempenho esperado é atribuída a falhas individuais, invisibilizando os determinantes estruturais que limitam o desenvolvimento de capacidades.

Ademais, a resistência à adoção de novas tecnologias, frequentemente interpretada como atraso ou conservadorismo, pode ser compreendida como uma estratégia racional de autoproteção em contextos de extrema vulnerabilidade (Wanderbroock; Bertolini; Meneghatti, 2025). Para produtores cuja margem de erro é mínima, experimentar o novo implica assumir riscos que podem comprometer a reprodução imediata da unidade familiar. Nesse sentido, a recusa à inovação não expressa rejeição ao progresso, mas a consciência aguda de que o fracasso, em contextos de precariedade, não é absorvível pelo sistema e recai integralmente sobre o trabalhador.

Os achados da pesquisa indicam, portanto, que a modernização produtiva, quando dissociada de políticas públicas de inclusão tecnológica, formação contextualizada e fortalecimento da autonomia dos agricultores familiares, tende a aprofundar desigualdades históricas e a reforçar mecanismos de exclusão social. Reconhecer o caráter estrutural dessa exclusão é passo fundamental para a construção de estratégias de desenvolvimento rural que não apenas promovam a inovação, mas garantam condições reais para que ela se torne socialmente justa e acessível.

Por fim, nove produtores (60%) relataram já terem sido classificados ou se percebido como “desorganizados” ou “pouco produtivos” em interações com agentes externos, apesar de 12 (80%) afirmarem possuir conhecimento prático consolidado sobre seus processos produtivos. Esses dados

sugerem que a atribuição de baixo desempenho a fatores individuais não encontra sustentação empírica isolada, sendo mais adequadamente compreendida à luz das condições estruturais que limitam o acesso a recursos, formação e infraestrutura necessários ao desenvolvimento de capacidades gerenciais e tecnológicas.

Modernização, exclusão digital e violência estrutural no meio rural

A análise da dimensão da modernização produtiva revela que o acesso a tecnologias digitais de monitoramento, gestão e comercialização é praticamente inexistente entre os agricultores familiares investigados. Ferramentas como aplicativos de controle produtivo, sistemas automatizados de registro financeiro e plataformas digitais de venda permanecem distantes da realidade cotidiana desses produtores, não por ausência de interesse ou capacidade individual, mas por um conjunto de barreiras estruturais que limitam o acesso à inclusão digital no meio rural (Favareto; Tolocka; Fonseca, 2024; Feitosa et al., 2024; Ferreira et al., 2025). Essa exclusão tecnológica, longe de ser um fenômeno pontual, configura-se como elemento central na reprodução das desigualdades sociais que atravessam a agricultura familiar.

As justificativas apresentadas pelos produtores para a não adoção de tecnologias digitais variam desde o caráter incipiente dos empreendimentos até percepções de insegurança frente ao uso de ferramentas desconhecidas. No entanto, tais explicações, quando analisadas isoladamente, tendem a reforçar interpretações culturalistas ou individualizantes que obscurecem os determinantes sociais mais profundos do problema. Sob uma perspectiva crítica, a ausência de modernização deve ser compreendida como expressão de um processo de exclusão digital rural, no qual o acesso às tecnologias é condicionado por fatores como infraestrutura precária, baixa oferta de formação contextualizada, ausência de políticas públicas de inclusão digital e desigualdades históricas no acesso à educação e à informação.

O cenário pode ser interpretado como a manifestação de um verdadeiro apartheid tecnológico, no qual determinados grupos sociais são sistematicamente excluídos dos instrumentos considerados essenciais para a competitividade econômica e o reconhecimento institucional (Coelho et al., 2022). A modernização, nesse contexto, opera como um marcador de distinção social, convertendo-se em critério de elegibilidade para acesso a mercados, políticas de crédito e programas de fomento. Exige-se que o produtor seja “moderno”, rastreável e digitalizado, ao mesmo tempo em que lhe são negadas as condições materiais e simbólicas necessárias para atingir tais padrões.

Essa dinâmica configura uma forma de violência estrutural, na medida em que penaliza os agricultores familiares por uma suposta incapacidade de gestão ou inovação, invisibilizando o fato de que essa incapacidade é socialmente produzida. A responsabilização individual do produtor pela ausência de desempenho tecnológico desloca o foco das falhas sistêmicas do Estado e do mercado, reforçando narrativas meritocráticas que naturalizam a exclusão (Maher et al., 2007). Nesse sentido, a exclusão digital não se limita à ausência de acesso a tecnologias, mas compromete o exercício pleno de

direitos humanos fundamentais, como o direito ao trabalho digno, à informação, à participação social e ao desenvolvimento.

A articulação com o debate sobre anticapacitismo, proposto no escopo do dossiê, torna-se particularmente relevante nesse contexto. Assim como ocorre em outras situações de vulnerabilidade social, a agricultura familiar é frequentemente avaliada a partir de parâmetros normativos que desconsideram suas condições objetivas de existência. A exigência de competências digitais e gerenciais, sem a oferta de suporte institucional adequado, reproduz uma lógica capacitista, na qual a ausência de determinadas habilidades é interpretada como falha individual, e não como resultado de exclusões históricas e estruturais.

Além disso, a resistência à adoção de tecnologias digitais, frequentemente interpretada como conservadorismo ou aversão à inovação, pode ser compreendida como uma estratégia racional de proteção social (Favareto; Tolocka; Fonseca, 2024). Para produtores cuja margem de erro é mínima e cuja sobrevivência depende do sucesso imediato da produção, experimentar novas ferramentas implica assumir riscos que o sistema não absorve. O erro, nesse contexto, não representa aprendizado, mas ameaça direta à reprodução da unidade familiar. Assim, a recusa ao novo não expressa rejeição à modernidade, mas a consciência concreta dos limites impostos por uma realidade de vulnerabilidade econômica e social.

Os resultados desta pesquisa indicam, portanto, que a modernização produtiva, quando dissociada de políticas públicas consistentes de inclusão digital rural, formação continuada e fortalecimento da autonomia dos agricultores familiares, tende a aprofundar desigualdades históricas e a intensificar processos de exclusão social. Reconhecer a inclusão digital como dimensão indissociável dos direitos humanos no meio rural é passo fundamental para a construção de estratégias de desenvolvimento que não apenas promovam a inovação tecnológica, mas assegurem condições reais para que ela se torne acessível, justa e socialmente transformadora.

Considerações finais

Os resultados evidenciam que os agricultores familiares da Zona da Mata mineira estão inseridos em um contexto de baixa maturidade gerencial, limitado acesso a instrumentos técnicos e forte dependência de canais institucionais de comercialização. Tais condições, no entanto, não devem ser interpretadas como falhas individuais, mas como expressões de desigualdades estruturais que historicamente restringem o acesso a recursos, formação e reconhecimento institucional.

Nesse cenário, a dimensão linguística assume papel central. A linguagem técnica e burocrática associada à gestão, à inovação e às políticas públicas mostra-se distante dos repertórios dos produtores, configurando uma barreira à compreensão, à participação e à apropriação dessas iniciativas. Os dados indicam que, embora os agricultores desenvolvam estratégias de interpretação e adaptação, persiste um hiato que limita seu acesso a direitos, mercados e instrumentos de apoio.

A ausência de registros formais, nesse contexto, ultrapassa a esfera operacional e contribui para a invisibilização desses sujeitos, comprometendo seu reconhecimento como agentes produtivos. De

modo semelhante, a baixa adoção de tecnologias e a dependência de programas institucionais refletem não uma resistência individual, mas a falta de condições estruturais para inserção em dinâmicas mais amplas de inovação e mercado.

Conclui-se que a linguagem constitui um elemento estruturante das desigualdades no meio rural, ao mediar o acesso a políticas, recursos e oportunidades. Assim, estratégias de desenvolvimento rural devem incorporar abordagens comunicacionais mais acessíveis e contextualizadas, capazes de fortalecer a autonomia, ampliar a participação e promover o reconhecimento social da agricultura familiar.

Referências

- BOFF, Rogers Alexander; CABRAL, Sueli Maria. Vulnerabilidade socioeconômica: desigualdade social, exclusão e pobreza no Brasil. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, v. 13, n. 38, p. 71-88, 2023.
- CHAVES, Helena Lúcia Augusto; ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. Desigualdades e privação de direitos na sociabilidade capitalista e suas expressões no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, n. 141, p. 164-182, 2021.
- CHICO, Adelaide Chonguende Luís; VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski. Migração e educação das minorias étnicas em Angola: perspectivas e desafios de inclusão social de comunidades transumantes. *Revista NUPEM*, v. 18, n. 43, e-2026003, 2026.
- COELHO, Lara Carvalho et al. Análise da rotulagem de alimentos provenientes de uma feira de economia solidária da Zona da Mata de Minas Gerais. *Revista da Associação Brasileira de Nutrição*, v. 13, n. 1, p. 1-17, 2022.
- CRESWELL, John; CLARK, Vicki. *Pesquisa de métodos mistos*. Porto Alegre: Penso, 2013.
- FAVARETO, Arilson; TOLOCKA, Jonas; FONSECA, Ana Silvia. As condições territoriais de participação da agricultura familiar na economia digital. *Redes – Revista do Desenvolvimento Regional*, v. 2, n. 9, p. 1-27, 2024.
- FEITOSA, Marcus Fábio Mendes et al. Uma ausência não sentida? Informação contábil e sobrevivência das micro e pequenas empresas. *ARACÊ*, v. 6, n. 4, p. 14.011-14.036, 2024.
- FERREIRA, Tássia Layni Oliveira et al. A vulnerabilidade das microempresas frente à ausência de serviços contábeis especializados: impactos na sustentabilidade financeira, conformidade legal e tomada de decisão gerencial. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, v. 17, n. 6, p. e8518, 2025.
- FORNEY, Jérémie; SUTHERLAND, Lee-Ann. Identities on the family farm: agrarianism, materiality and the good farmer. In: JAMES, Hervei (Ed.). *Handbook on the human impact of agriculture*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2021, p. 65-84.
- FROHLICH, Alek; TURCATO, Andre Bernardes; TIEZZI, Daniel Guimarães. Metodologia científica para estatística descritiva utilizando a linguagem R. ULAKES. *Journal of Medicine*, v. 3, n. 2, p. 111-121, 2023.
- GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2022.
- MAHER, Terezinha. A educação do entorno para a interculturalidade e o plurilinguismo. In: KLEIMAN, Angela; CAVALCANTI, Marilda (Orgs.). *Linguística Aplicada: suas faces e interfaces*. Campinas: Mercado de Letras, 2007, p. 255-270.
- MORAES, Isaías Albertin de. Cultura do privilégio: entrave para o desenvolvimento econômico na América Latina. *América Latina en la Historia Económica*, v. 31, n. 1, p. 1-25, 2024.
- MOREIRA, Isabela Renó Jorge et al. Papéis e desafios das cooperativas da agricultura familiar no processo de implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em cidades de Minas Gerais, Brasil. *Espacio Abierto: Cuaderno Venezolano de Sociología*, v. 30, n. 3, p. 196-227, 2021.
- OLIVEIRA, Anielle Gonçalves; STRELOW, Daniel Rodrigo; THEIS, Ivo Marcos. Desenvolvimento regional e organização social a partir das populações subalternizadas no Brasil. *Revista Tecnologia e Sociedade*, v. 21, n. 65, p. 19-34, 2025.
- RONSINI, Veneza Mayora; REBELLATO, Maurício. A formação da identidade de classe de agricultores familiares: uma articulação teórica entre o consumo de mídia e a participação no movimento social de economia solidária. *Redes – Revista do Desenvolvimento Regional*, v. 26, p. 1-19, 2021.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. *Metodologia da pesquisa*. Porto Alegre: Penso, 2013.

SCHNEIDER, Ivanete et al. Adoção de tecnologias digitais para a apropriação de conhecimento, tecnologia e fonte de vantagem competitiva em propriedades rurais de gestão familiar. *Revista On-line de Política e Gestão Educacional*, v. 29, e025007, 2025.

SENSATO, Elisa de Jesus Garcia. Agricultura familiar e dinâmicas institucionais e não institucionais da ação política na Zona da Mata mineira. 211f. Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2022.

SIMONINO, Cinara Tatiana; SANTOS, Luana Ferreira dos; FREITAS, Alan Ferreira de. Implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar em contexto pandêmico no município de Viçosa/MG: implicações para a gestão pública e para a agricultura familiar. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 17, n. 1, p. 1-17, 2025.

SOUZA, David Silva; BRAUNER, Maria Claudia Crespo. Comunidades quilombolas no Brasil: do reconhecimento dos seus direitos à atribuição dos territórios. *Revista Latino-Americana de Relações Internacionais*, v. 6, n. 2, p. 97-118, 2024.

WANDERBROOCK, Wagner; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor; MENEGHATTI, Marcelo Roger. Práticas sustentáveis na agricultura familiar e o passivo ambiental: uma revisão da literatura. *Revista NUPEM*, v. 17, n. 40, e-2025012, 2025.

VITTORETTO, Bruno Novelino; CAVALCANTI, Thenório Pinheiro. Cobertura do solo e cafeicultura: a transformação do espaço na Zona da Mata mineira (1920-1950). *Caminhos da História*, v. 30, n. 1, p. 257-282, 2025.